

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



MAURÍCIO [GOMES DOS SANTOS], P.e Domingos (Perafita, Matosinhos, 1896 – Lisboa 1978)

Filho de Albino Gomes e de Albina Marques dos Santos, pequenos proprietários rurais, aos 7 anos Domingos Maurício foi morar com seu tio, o P.e Joaquim Tomé Marques dos Santos, então pároco da freguesia de Aranda (Ovar). Foi este sacerdote que acompanhou os seus primeiros estudos e o matriculou na escola primária de uma freguesia vizinha, pois em Aranda não havia escola. Sentindo o apelo para seguir a vida sacerdotal, o tio, de acordo com os pais, internou-o (Outubro de 1907) no seminário menor da Companhia de Jesus em Guimarães, então chamado Escola Apostólica da SS. Trindade.

Uma das primeiras medidas do novo regime foi, entre outras, a expulsão dos jesuítas. Nem a Espanha nem a França permitiam o estabelecimento de comunidades jesuíticas portuguesas nos seus territórios, pelo que o noviciado foi transferido para Exaten (Holanda). Foi aqui que, dois anos antes do habitual, e porque estava adiantado nos estudos e na maturidade, Domingos Maurício iniciou a sua vida religiosa, a 7 de Dezembro de 1910. Nos começos de 1911 o noviciado da Província Portuguesa da Companhia de Jesus foi transferido para Alsenberg (perto de Bruxelas). Ao completar os 17 anos, como mandam as disposições canónicas, Domingos Maurício fez aí a sua primeira profissão religiosa. Entretanto, encetou os estudos humanísticos, que se prolongaram por quatro anos sob orientação do Pe. Luís Gonzaga Cabral (Provincial da Companhia ao tempo da expulsão), que escolheu também para seu director espiritual.

A I Grande Guerra e as convulsões que trouxe ao centro da Europa abalaram a segurança da comunidade de Alsenberg. Mais uma vez os exilados jesuítas portugueses mudaram de local: agora regressaram, através da Holanda, para mais perto de Portugal. Instalaram-se em Múrcia (Espanha), onde Domingos Maurício concluiu os estudos humanísticos; depois, entre 1916 e 1919, frequentou a Faculdade da Companhia de Jesus em Granada, onde terminou o curso com notável classificação. Como era hábito, interrompeu os estudos para se dedicar ao ensino durante quatro anos: língua e literatura portuguesas, oratória, latim, grego e hebreu. Assim, irá formar candidatos à Companhia no Seminário Menor de San Martin de Trevejo (Cáceres) e depois jovens alunos dos jesuítas em Oya (Pontevedra).

Em 1923 partiu para Roma, matriculando-se na Universidade Gregoriana, onde, em 1927 terminou o curso de Teologia. A 26 de Julho de 1926 foi ordenado sacerdote na Igreja de Santo Inácio, em Roma, sendo ordenante o cardeal Pompili, Vigário Geral do papa Pio XI. No ano lectivo de 1927-28 terminou em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Florença a sua formação religiosa.

Por todas as cidades por onde passou Domingos Maurício buscou nos arquivos documentação referente a Portugal. De destacar que a sua estada em Roma e em Florença lhe proporcionou a pesquisa sistemática de documentos relativos à Idade Média portuguesa na Biblioteca Vaticana, no Arquivo Secreto do Vaticano e na Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença. A formação académica vai-se processando a par com a actividade docente, que irá prosseguir como “ocupação profissional”. Desde logo há que esclarecer a imprecisão do termo quando se insere na actividade essencial de Domingos Maurício, que foi o *munus* sacerdotal. Na quaresma de 1928, regressou a Portugal. A sua fama de grande orador sacro ficou desde logo consolidada. Voltará a Oya, onde permaneceu durante um ano em substituição de um professor.

Só em 1929 regressará definitivamente a Portugal. Desde então integrou o corpo redactorial da revista *Brotéria*, onde permanecerá até à sua morte. Pelo carácter sequencial e abrangente desta colaboração, é dela que nos servimos para aceder a muita informação contida nesta nota biográfica [referenciada como *B. e data*].

Em 1935 assume a direcção da *Brotéria* – cargo que manterá, com alguns hiatos, até 1949 - para se dedicar à investigação histórica. É desta época a fundação da biblioteca da *Brotéria* (que dirigiu durante mais de trinta anos), especializada na História da Companhia de Jesus e na História dos Descobrimentos, hoje com mais de 150 mil volumes. A sua colaboração na *Brotéria* saldou-se em cerca de 300 artigos, não só de temas históricos, mas também de teologia, apologética, sociologia, assuntos sociais, crítica literária e actualidade religiosa ou política.

A sua imensa produção distribui-se ainda por outras revistas e obras colectivas, nomeadamente nos *Anais da Academia Portuguesa da História*, no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, no *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, no *Boletim do Ministério da Justiça*, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nas revistas *Bracara Augusta*, *Brasilica*, *Didaskalia*, *Humanitas* e *Panorama*, assim como nas Actas dos congressos em que participou, entre outros, o Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, o V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Mélanges David Lopes e Pierre David Cénival*. Colaborou com 640 entradas na Enciclopédia *Verbo* (foi director da secção de História).

A ele se deve a publicação da *Revista Portuguesa de Filosofia* (Faculdade de Filosofia de Braga), da qual foi um dos primeiros directores. Membro da Assembleia Nacional (X e XI Legislaturas, 1969-1974), onde integrou a II Secção – Interesses de ordem cultural. Aí trabalhou, como subscritor/relator, em 3 documentos: Lei de Imprensa; Projecto do IV Plano de Fomento para 1974-1979 (Continente e Ilhas) – Anexo I – Educação e cultura e Formação profissional; Projecto do IV Plano de Fomento para 1974-1979 (Continente e Ilhas) – Parecer subsidiário sobre Investigação e desenvolvimento tecnológico. Foi membro do Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística e representante da Academia Portuguesa da História na Câmara Corporativa.

Passamos a destacar um aspecto da actividade de Domingos Maurício, o qual, não sendo “profissional”,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

foi relevante pelo empenho com que o assumiu até ao fim dos seus dias. Trata-se do trabalho de cariz educativo e social que desenvolveu Bairro da Liberdade, sítio muito pobre, perigoso e mal afamado. De iniciativa laical, a assistência espiritual fora confiada aos jesuítas pelo Cardeal Cerejeira, e Domingos Maurício recebeu-o do Pe Joaquim da Silva Tavares (fundador da *Brotéria* e à data superior da Casa de Escritores da Companhia). A obra foi crescendo e ganhando forma autónoma com o nome, sugerido por Domingos Maurício, de “Educação Popular”. Em 1936 foi considerada “obra de benemerência”, recebendo um louvor em portaria de 23 de Junho do mesmo ano. A Educação Popular expandiu-se no Bairro da Liberdade com a criação de uma escola primária, posto médico, creche e classes infantis, grupo recreativo e secção local da Juventude Operária Católica. A obra foi ganhando tal extensão e merecimento que, por decreto de 11 de Novembro de 1935, o Chefe de Estado condecorou Domingos Maurício com o oficialato da Ordem de Benemerência. A sua preocupação e acção vão estender-se aos “bairros da lata” na periferia de Lisboa, para os quais conseguiu, de instituições públicas e privadas, notáveis melhoramentos nas áreas do saneamento, educação, serviços clínicos e apoio às crianças. O empenhamento no terreno andou a par com a reflexão teórica sobre questões sociais, como se verifica pelos seus escritos.

Durante mais de 30 anos foi assistente nacional e diocesano de diversos organismos da Acção Católica Portuguesa (criada em 1933), nomeadamente da Juventude e da Liga Universitária Católica Feminina (LUCF), da Liga Estudantil Católica Feminina (LECF) e Assistente Diocesano da Juventude Universitária Católica (JUC).

As suas primeiras publicações (1920-22) são poesias e contos incluídos no *Mensageiro do Coração de Jesus*; com 31 anos (Março e Abril de 1927) publicou na *Brotéria* o seu primeiro trabalho de história: “O Infante Santo e a possibilidade do seu culto canónico”.

Ao ritmo das suas investigações históricas e das suas obrigações enquanto membro de diversas instituições científicas, participou em inúmeras reuniões especializadas, estando publicadas a maior parte das suas intervenções. Entre os seus primeiros artigos na *Brotéria* está um pequeno estudo de apologética, bem apropriado ao momento (1929): “Preconceitos contra as Ordens Religiosas em Portugal. Meios de os combater”. Sobre as relações entre a Igreja e a imprensa em geral (e não só a católica) proferiu uma conferência na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (Dez. 1933) e publicada em *Brotéria* (1934) com o título “A Igreja e a Imprensa”. Nesta revista foi atento divulgador de movimentos culturais contemporâneos – o Congresso “Pax Romana” e a notícia dos dois agrupamentos académicos e *Cidec* (1946) - e de renovação católica na Alemanha, França e Inglaterra; tomou posição quanto à preservação do património artístico da Igreja (1931), na linha então desenvolvida pela Santa Sé; comentou a reforma de estudos na Faculdade de Letras (1957); explicou a fundação da UNESCO (1948) e a criação dos Estudos Gerais de Angola e Moçambique (1963).

Embora os estudos históricos lhe tivessem conferido o direito de presença em diversas academias e associações de índole histórica, Domingos Maurício não foi nem podia ser um académico *strictu sensu*, isto é, não só nunca ensinou numa universidade, como nunca foi sua preocupação escrever história com



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

métodos ou temas de recorte definido. Não obstante tinha ideias precisas sobre metodologia e sobre o que poderemos apelidar de filosofia da História (1957 e 1964). A sua produção historiográfica, sobretudo no que concerne a temas medievais e jesuíticos, foi inovadora e até iconoclasta, deixando para trás lugares comuns e bebendo em documentação original ou até então não inexplorada ou insuficientemente contextualizada. É este o seu contributo, nunca se sentindo qualquer hesitação nos fundamentos da sua mundividência católica: dúvidas, só as que a heurística lhe impunha.

Não participou publicamente e em contraditório nas polémicas bem acesas na época, mas encontramo-lo emitindo doutrina sobre assuntos ou personagens em questão, ou, simplesmente, constatando o debate existente: sobre Damião de Góis e António Vieira perante a Inquisição (1938 e 1958); sobre Pombal, os jesuítas e a maçonaria (1965, 69 e 73); sobre o longo debate entre António José Saraiva e I. Revah sobre inquisição e cristãos-novos (1971). Também marcou a sua posição a respeito de alguma produção de José Sebastião da Silva Dias (1962) e de A. H. de Oliveira Marques (1973).

Sem dúvida que foi um homem atento às novidades relacionadas com a escrita da História. Assim, por exemplo, assinalou a edição e reedição da *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida (1934 e 1969); os *Elementos da História de Portugal*, de Alfredo Pimenta (1935); a *História da Cultura e da Literatura Portuguesa*, de Hernâni Cidade (1943), da obra de Jaime Cortesão *Descobrimientos Portugueses* (1959), o surgimento da *Lusitânia Sacra* (1957). Assinalou também a edição da *História Eclesiástica de Espanha* (1933) e o início da colecção Biblioteca de Autores Cristianos (1948). A ele se deve a edição dos seis volumes da *História de Portugal* do jesuíta seu companheiro de exílio Luís Gonzaga de Azevedo (1935 a 1944)

Podemos dizer que Domingos Maurício escreveu história obedecendo a quatro ritmos, aliás frequentemente em conexão. O primeiro, será o produto do seu encontro com os arquivos das cidades onde a sua formação eclesiástica o levou, especialmente Roma e Florença, beneficiando do renovado interesse e organização dos arquivos da Igreja e outros. Efectivamente, é no Arquivo Secreto do Vaticano, na Biblioteca Vaticana e na Biblioteca Medicea-Laurenziana de Florença que recolheu material para os seus mais pioneiros e importantes trabalhos. Referimos os estudos sobre D. Duarte e a expedição a Tânger, sobre Nuno Álvares Pereira e sobre o infante D. Fernando: o cruzamento de documentação já conhecida com outra por ele descoberta, bem como a sua contextualização em vários planos da História “global” (de Portugal, da Península Ibérica, da Europa, do papado, do Islão) forjaram clássicos da nossa historiografia.

O segundo ritmo é o da necessidade ou oportunidade dos seus estudos. Assim, temos assinalado o falecimento do cardeal Franz Ehrle, notável jesuíta alemão, professor na universidade gregoriana e responsável, durante muitos anos, pelos arquivos da Igreja; também registou a obra do Pe. Jesuíta Jorge Schurhammer, “historiador lusófilo”, por ocasião da sua morte (1972). Nesta linha incluímos muito especialmente a investigação, solicitada pela Sagrada Congregação para as Causas dos Santos com vista a esclarecer a identidade dos quarenta jesuítas – Inácio de Azevedo e seus companheiros – mortos, pela fé, por piratas calvinistas franceses junto às Canárias, em 1570. Mediante as investigações de Domingos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Maurício foi possível estabelecer a identidade histórica das personagens e do episódio, de forma a poderem ser beatificados: são os chamados “40 mártires do Brasil”. Também, por ocasião de algum centenário ou comemoração, vemo-lo a trabalhar sobre Alberto Magno, Roberto Belarmino, St^a Isabel, St^o António, Descartes, Herculano. No mesmo plano estão os trabalhos a propósito das festas centenárias de Portugal, sobre o Congresso do Mundo Português (1940) e o sobre o 5^o Centenário do Infante D. Henrique (1960). É ainda para as comemorações dos quatrocentos anos da Universidade de Évora (em 1959) que produz o seu último estudo publicado, em 1977, na revista *Didaskália*, com o título “A Universidade de Évora e a escravatura”. O terceiro ritmo, sempre presente, é o da história da Companhia de Jesus e dos seus membros, em conexão, por exemplo, com Camões, Pombal ou o Brasil (de que destacamos o estudo de conjunto “Balanço cultural dos Jesuítas no Brasil (1549/1760)”, (*Brotéria*, 1955). Finalmente, a produção histórica suscitada por polémicas.

Os primeiros anos de formação de Domingos Maurício foram marcados pelas acções persecutórias da I República contra a Igreja Católica, na qual se insere a expulsão dos Jesuítas. O exílio do jovem estudante, a possibilidade do seu regresso nos inícios do Estado Novo, assim como a imunidade de Portugal aos horrores da II Guerra, foram circunstâncias que por certo forjaram o homem que foi: um católico fiel ao papa e à doutrina da Igreja manifesta na Tradição e actualizada nas Encíclicas; um sacerdote que viveu a sua vocação na especificidade da família jesuítica; um português de um Portugal de vinculação católica, “conservadora” e ultramarina. O largo tempo da sua vida interventiva permite-nos verificar estas três frentes (sempre intercaladas com a do historiador) e testar o diverso grau de incidência de uma ou outra durante cerca de meio século, tempos de grandes alterações no mundo, em Portugal e na Igreja. Felizmente para nós, os muitos trabalhos publicados (em particular na *Brotéria*) tornam possível perceber a sua orientação política, no sentido alargado da palavra.

A partir de 1937, na *Brotéria*, encontramos testemunhos de procura da identidade católica em articulação com uma ideia de Portugal nacionalista e católico, porém bem longe do programa da *Action Française* (1939). O catolicismo terá, para Domingos Maurício, consequências políticas concretas, note-se a afirmação de um catolicismo político (1943) e a crítica ao cristianismo progressista (1950), de que a imprensa católica deverá ser veículo (1943). O Portugal do seu tempo está muito perto do configurado no ideário do Congresso do Mundo Português (1940), visível também na organização do Museu de Arte Popular (1948). O não envolvimento directo de Portugal da II Guerra irá acentuar a coincidência dos ideais de Domingos Maurício com os dos dirigentes do Estado Novo. Veja-se o artigo sobre a posição de Portugal perante o conflito (*B.* 1941) e o “tributo da gratidão nacional” explícito em 1945. Em 1938 alerta para o perigo do comunismo nas “colónias de África” e em 1949 a questão ultramarina surge como um tema de missão; em 1960 os seus trabalhos 1960 mostram-nos que o conceito ultramarino de Domingos Maurício está fortemente ligado à história dos descobrimentos e à valorização da integração dos portugueses em terras de África. Em 1961 começa a guerra dos grupos independentistas na África portuguesa. Escreveu no primeiro número da *Brotéria* de 1962 “Pátria em luto? Pátria em glória”. Diversos trabalhos de 1963 resultam



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do comentário à encíclica *Pacem in Terris*, sem nunca duvidar da inevitabilidade e da necessidade absoluta (para Portugal e para o “ocidente cristão”) da guerra em África.

Desde os anos 30 empenhou-se na valorização de grupos sociais mais pobres ou marginalizados. Neste contexto, não deixa de ser importante a atenção conferida ao plano de segurança social de W. Beveridge, implementado em 1942, de que logo dá notícia (1943), assim como da fundação, em Madrid, da Escola de Capacitação Social de Trabalhadores (1947). Também isso resulta do seu ideário político, tanto mais que a escrita (1944) acompanha a acção no plano da assistência social, da habitação (1956), moral e religiosa. Alguns grupos merecem-lhe especial referência, como sejam os pescadores da Terra Nova (1938), os ciganos ou os surdos-mudos (1939 e 1947). A doutrina social da Igreja e alguns dos seus documentos (*Rerum Novarum*) serviram-lhe de inspiração. Por outro lado, encontramos-lo presente e dando pública notícia de reuniões de profissionais católicos como médicos, professores primários pugnando, também, pela moralização dos negócios. Não poderia faltar o testemunho do seu envolvimento no plano dos movimentos culturais modernos (1946), nas Jornadas Universitárias (1958) e no Grande . Algumas das suas ideias sobre educação podem ser conhecidas em artigos sobre a escola laica (1939) ou sobre co-educação (1940) ou na notícia sobre uma revista de pedagogia (1962).

No espectro político, foi conservador; no plano social foi pioneiro, sempre em sintonia com a doutrina da Igreja. Haja em vista a notável obra junto dos mais carenciados, assim o que realizou e escreveu sobre a mulher na vida social (*B.* 1946). Curiosamente, parece ausente dos seus escritos qualquer alusão ao tema fracturante que a encíclica *Humanæ Vitæ* definiu, em 1968. Como pedra de toque de uma posição inovadora e aberta, desde os anos 30, está o simples facto de considerar justa, necessária e urgente uma educação para todos, mesmo os mais pobres.

Ainda no plano político, fica por perceber claramente a sua posição após o 25 de Abril de 1974. Os balanços levam tempo, e Domingos Maurício não o teve: em 1977 sofreu um AVC que, embora parcialmente superado, se aliou à idade para a contenção de posições públicas. Existem 2 boletins em seu nome no Arquivo da PIDE/DGS (Torre do Tombo), mas sem relevância para esta nota biográfica. Entre outras instituições científicas e culturais, pertenceu à Academia Portuguesa da História, onde entrou como Académico Supranumerário em 1938. Foi Vogal do Conselho Académico desde 1954 e 1972, ano em que foi eleito Vice-Presidente. Ocupou este cargo até 1975, quando foi elevado à categoria de Académico de Mérito. Pertenceu à Associação dos Arqueólogos Portugueses (secção de História), de que foi durante muitos anos Vice-Presidente e depois Presidente.

Bibliografia activa: “O Infante Santo e a possibilidade do seu culto canónico”, *Brotéria*, nº 4, Lisboa, 1927; “Para a História do Culto do B. Nun’ Álvares. Um documento inédito”, *Brotéria*, nº 4, Lisboa, 1927; *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Sep. *Brotéria*, nº 7, Lisboa, 1928; *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques / D. Francisco da Costa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956; *A Relação da Vida e Morte dos Sete Mártires de Marrocos*. Fr. António da Conceição, Sep. «Publicações XXIII Congresso Luso-

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Espanhol para o Progresso das Ciências», nº 8, Coimbra, 1957; *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria*, Sep. *Brotéria*, nº 68, Lisboa, 1959; *Portugaliæ Monumenta Cartographica*, Sep *Brotéria*, nº 72, Lisboa, 1961; *O Convento de Jesus de Aveiro*, Lisboa, [s.n.], 1974; *Brasiliensis, Canonizationis Beatorum Ignatii de Azevedo et 39 Sociorum pro fide interemptorum († 1570). Dilucidatio circanomina Martyrum ex officio concinata*, Roma, 1977 [Editado em português com o título *Beato Inácio de Azevedo e os 39 Companheiros Mártires*, Sep. *Didaskália*, nº 8, 1979]; *A Universidade de Évora e a escravatura*, Sep. «*Didaskália*», nº 7, 1978.

Bibliografia passiva: LEITE, António, “P.e Domingos Maurício Gomes dos Santos (1896-1978).”, *Brotéria*, nº 106, Fevereiro 1978, pp. 214-225; TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, “A produção historiográfica dos Jesuítas Portugueses no século XX”, intervenção na Sessão de Homenagem Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Padre Mário Martins, que se realizou na Academia Portuguesa da História a 27 de Fevereiro de 2008 (inédita); http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/s/santos_domingos_mauricio_gomes_dos.pdf

Margarida Garcez Ventura



APOIOS:

